



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: DEMANDAS, LIMITES E ESTRATÉGIAS PROFISSIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva¹
Nara Oliveira Brito²

Resumo: O presente trabalho trata do fazer profissional dos assistentes sociais que atuam na assistência estudantil no âmbito da UFRN. Analisamos as demandas, limites e estratégias dos assistentes sociais frente à efetivação de direitos dos usuários da assistência estudantil da UFRN. Utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo na análise de questionários aplicados no ano de 2017.

Palavras-chave: Serviço Social. Fazer Profissional. Assistência Estudantil. Educação

Abstract: The present work deals with the professional rendering of social workers who work in student assistance within UFRN. We analyze the demands, limits and strategies of social workers regarding the effectiveness of UFRN student assistance users' rights. Using as methodology the bibliographical and field research in the analysis of questionnaires applied in the year 2017.

Keywords: Social Work. Professional Practicess. Studentt assistance. Educacion.

1 Introdução

Analisar o fazer profissional dos assistentes sociais na educação pressupõe pensar as modificações ocorridas no mundo do trabalho e na sociabilidade que se tornam mais evidentes a partir da década de 1970, uma onda de mudanças estruturantes na morfologia do trabalho ocorridas inicialmente nos países mais desenvolvidos do globo, através da chamada reestruturação produtiva, mas que chega ao Brasil nos anos de 1990 em conjunto com a ideia de contrarreforma do Estado caracterizada pelo modelo neoliberal³. Os assistentes sociais, como integrantes da classe que vive do trabalho⁴, sofrem

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <aparecida311@yahoo.com.br>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <aparecida311@yahoo.com.br>.

³ Em 2016, o Congresso Nacional aprovou a proposta de emenda a Constituição nº 241, do então governo de Michel Temer, que possui como principal proposta o congelamento em vinte anos dos gastos obrigatório em saúde e educação. Essa mudança na lei trouxe agravos a situações das instituições públicas de ensino, que se complicou ainda mais no presente ano de 2019, no governo Bolsonaro.

⁴ A classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário, ou seja: o proletariado industrial e rural, os

como os demais trabalhadores esses mesmos rebatimentos dessas mudanças contemporâneas na realidade brasileira. Neste viés de reflexão, esse contexto

altera as demandas de trabalho dos assistentes sociais, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser regulamentadas, flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios a acessá-los.
(CFESS, 2011, p.39)

Nessa linha, o Serviço Social tem sido chamado a intervir nas tensões entre as classes, dentro do entendimento de que precisamos compreender a dimensão contraditória existente nas relações entre as classes sociais e que, por isso, a intervenção profissional é também marcada pela polarização dos interesses entre elas. Essa relação contraditória, ao mesmo tempo em que permite a continuidade da sociedade de classes, também permite a sua transformação.

Para tanto, foram trabalhados os seguintes objetivos: analisar o fazer profissional dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN no contexto de desmonte do Estado e expansão do ensino superior brasileiro, identificando as demandas colocadas pelos usuários da assistência estudantil da instituição e os desafios encontrados por esses profissionais em resposta as essas demandas, bem como identificar e analisar as estratégias criadas enquanto respostas pelos assistentes sociais na perspectiva de efetivação de direitos.

2. A crise do capital e a educação superior brasileira

Refletir sobre a lógica da mercantilização da educação superior na atual sociabilidade capitalista brasileira, exige compreendê-la no contexto da crise contemporânea, conectada aos seus tensionamentos, que articulam reestruturação produtiva, a reconfiguração do papel do estado e da instituição

trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados. O autor ressalta que o proletariado industrial é o seu núcleo principal, porque produz diretamente mais-valia. No entanto, estão excluídos gestores do capital e os que vivem de juros e da especulação, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, ainda que possam se constituir importantes aliados da classe trabalhadora no campo político (ANTUNES, 2013, p. 132).

educação, em face do novo projeto burguês de sociabilidade, sob a égide do neoliberalismo e do capital financeiro.

Transitando por esse caminho de análise, não seria um exagero afirmar que, na atualidade, o mundo inteiro está em crise. Tenhamos presente que, segundo Netto (1999), desde os anos de 1990, registram-se crises em todos os continentes, expressões típicas em todos eles e localizadas da dinâmica contraditória do sistema capitalista. Não somente as crises financeiras fazem parte dessa dinâmica capitalista, mas, para Harvey (2012, p.18), a crise, que se inicia em 2008, assim como as demais ao longo dos últimos anos trata-se de uma crise estrutural, intrínseca ao modo de produção capitalista. Ora, “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo.” Na sua visão, a taxa mínima, afirmada pelos economistas neoliberais para um crescimento ‘aceitável’ de uma economia capitalista saudável é de 3% ao ano, visando a obtenção de lucros para o capital.

Todavia, fica cada vez mais difícil manter tais taxas de crescimento, principalmente no apogeu no mundo inteiro do capitalismo fictício. Com o aprofundamento da crise, a “questão social” é agravada e suas manifestações de pauperização, desemprego, violência são tratadas pelo Estado como se pudessem ser resolvidas na esfera do mercado. Segundo Mézaros (2015), as diversas tentativas de responder a crise pelo Estado têm sido motivadores da própria crise, sejam nas operações de resgate do capitalismo privado, sejam em intervenções militares ao longo da história.

A realidade da “globalização”, muito idealizada em nosso tempo, é obrigada a permanecer como uma tendência perigosamente unilateral, carregada de antagonismos materiais explosivos, enquanto as células constitutivas, os microcosmos de nosso lar planetário, são internamente dilaceradas pelas contradições, em última instância, irreconciliáveis em sua *centrifugalidade* vigente. Pois a característica centrífuga das determinações mais profundas do sistema do capital como tal acarreta os imperativos estruturalmente arraigados da expansão antagônica do capital e sua defesa legitimadora do Estado. Separada/alienada. (MÉSZÁROS,2015, p.17)

Logo, as economias globais, ao começar pelos países centrais, dão o ritmo das economias periféricas, como é o caso do Brasil, com protocolos de organismos internacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial. Essa ótica do capital que ignora limites de expansão e de dominação intensifica cada vez mais o antagonismo entre as principais classes sociais, como podemos constatar nas palavras de Carvalho (2010, p. 239): “desmontes e tensões que atingem o

mundo do trabalho. Implica configurar o *neointervencionismo do Estado* na contemporaneidade, delineando as expressões históricas do que vem sendo proclamando como ‘regresso do Estado’ no ocidente”.

A crise estrutural do capital acaba por agravar os problemas conjunturais dos países periféricos, como é o caso do Brasil, lugares onde a pobreza e a miséria são evidenciadas nas mais diversas formas e as instituições de ensino não estão de forma alguma fora dessa realidade. Essas instituições, como é o caso da UFRN, funcionam muitas vezes como espaços contraditórios, mas que poderiam funcionar como instrumento emancipatório, dentro da sociabilidade capitalista, acabam funcionando como espaços de concretização dos problemas sociais. Afinal, a educação pode operar tanto na perspectiva da exploração do homem pelo homem quanto contribuir para a superação dessa ordem social.

Como, porém, esta crise rebate na educação? Das mais variadas formas, mas, sinteticamente, em primeiro lugar, revelando a inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais; constatando que as teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade. Em segundo lugar, levando à busca, em todos os aspectos, de alternativas para esta situação. Em terceiro lugar, imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria. Não é preciso referir as consequências danosas que este processo traz para o conjunto da atividade educativa. (TONET, 2012, p. 32)

É de fato possível perceber que, diante dessa lógica, a formação se constitui como um espaço de empreendimento e reprodução do capital (funcionando como mercadoria), afinal, os maiores investimentos privados estão sendo em cursos universitários de baixo custo. É notável, portanto, que, diante desse cenário de condições cada vez mais precárias de minimização dos investimentos sociais e maximização dos lucros do capital, formam-se consequências advindas da crise e da necessidade da expansão do capital, que impõe mudanças difíceis para o trabalhador assalariado. Logo, a educação se torna um campo propício para investimento e expansão do capital, uma vez que ele necessita de modo intenso, investir em novas áreas e uma delas é a educação, que tem sofrido drasticamente os efeitos dessa lógica capitalista (TONET, 2012).

2.2 As particularidades do trabalho dos assistentes sociais na educação

Transitar pela assistência estudantil na educação superior na atual sociabilidade capitalista torna-se fundamental para responder, dentro desse espaço de inserção dos profissionais do Serviço Social, o que demanda seu fazer profissional com ações voltadas para a identificação e viabilização de recurso na defesa dos direitos dos discentes, instituídos a partir da Constituição Federal nos anos 80, do século XX.

A Constituição Federal de 1988 é um marco na luta por direitos no Brasil, apesar da tarefa de elaborar a Constituição ter ficado para um Congresso Constituinte e não para uma Assembleia livre e soberana, como era da preferência dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora, o que nos confirma a ideia de conflito entre as classes sociais na disputa pelo poder. Conforme Behring e Boschetti:

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos de 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI [...] (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p.141)

Como um direito social afirmado enquanto “vontade nacional e soberana”, apesar de todas as nuances e contradições desse processo, a educação teve aprovado, na Constituição Cidadã, artigos que a colocam como bem público e dever do Estado; garantindo o direito à educação especializada a uma maior parcela da sociedade, que historicamente foi deixada de fora, como é o caso dos deficientes⁵ e das crianças menores de seis anos de idade na obrigatoriedade

⁵ “Em 1999, após a LDB9394/96, publica-se o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Este define a “educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular” (BRASIL, 1999, p.1, grifos nossos). Esses dois documentos fazem menção à educação especial em todas as modalidades e sistemas de ensino, no entanto, apresentam um texto superficial, possibilitando diversas interpretações. Após o Decreto nº 3.298/99, publica-se a Resolução CNE/ CEB nº 2/2001, que determina, em seu artigo 2º, que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001b).” (SANTOS; HOSTINS, 2010, p.195).

de ensino voltado às necessidades específicas desse alunado e construção de creches e/ ou pré-escolas.

Diante da constituição desses direitos, a UFRN, através da política de Assistência Estudantil, concede aos estudantes dos cursos de graduação presenciais que apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme Resolução nº 026/2009 – CONSAD, e que necessitem de subsídio para custear despesas referentes à manutenção da creche e/ ou similar para seus filhos, ou menores, de 0 a 6 anos incompletos, que estejam legalmente sob sua guarda, a disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Já no caso dos discentes deficientes da UFRN, encontramos ações “inclusivas” através da CAENE (Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais), que, através da sua equipe de profissionais, analisa cada caso realizando junto ao aluno o levantamento das suas necessidades educacionais e de possíveis formas de intervenção sobre o processo de ensino-aprendizagem, realizando encaminhamentos para outros profissionais de fora da equipe, quando se faz necessário. Na UFRN também são concedidas assistências financeiras que vão desde o auxílio óculos, auxílio moradia, auxílio refeição ao auxílio transporte, entre outros⁶.

Já quando tratamos das atribuições dos assistentes sociais, de maneira mais geral, obtemos, por exemplo: a elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais junto aos órgãos da administração pública direta ou indiretamente, empresas, entidades e organizações populares; elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos; encaminhamento de providências e prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população mais subalternizada; prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais comprometidos com às camadas mais populares da sociedade; planejamento, organização e administração de serviços sociais e de Unidade de Serviço Social; realização de estudos socioeconômicos com os

⁶ A resolução 169/2008-CONSEPE, de 02 de dezembro de 2008, estabelece, no seu artigo 7º, que as bolsas de assistência estudantil podem ser concedidas de acordo com as seguintes modalidades: I – auxílio alimentação; II – auxílio transporte; III – bolsa de apoio administrativo e apoio técnico; IV – bolsa de monitoria; V – bolsa de pesquisa; VI – bolsa de extensão; VII – bolsa de assistência ao ensino. VIII – bolsa de apoio à pós-graduação; IX – auxílio moradia; X – auxílio de apoio à mobilidade estudantil. XI – auxílio creche; XII – auxílio de incentivo às atividades esportivas.

usuários para fins de benefícios sociais junto a órgão da administração pública, empresas privadas e outras entidades; orientação a indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais (CFESS,2012, p. 29-31).

Contudo, há atribuições específicas dos assistentes sociais que trabalham na educação e, por isso, o conjunto CFESS/CRESS lançou uma brochura no ano de 2012 para subsidiar o fazer profissional dos profissionais do Serviço Social nesse campo sócio ocupacional, como destacado no quadro abaixo:

QUADRO 01 - Dimensões do Fazer Profissional dos Assistentes Sociais na Educação

1- As abordagens individuais e a atuação junto às famílias são bastante necessárias e estratégicas ao trabalho profissional, visto que delas dependem muito a capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.
2- A dimensão investigativa que particulariza o exercício profissional não deve estar desvinculada das demais dimensões do trabalho profissional. Ela contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência previamente pensada.
3- A dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/da assistente social reveste-se de um significado importante no campo da educação, pois representa um dos elementos de subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.
4- Outra dimensão importante é a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais como condição fundamental de constituição e reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora.
5- A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/das assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras,

trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade

6- A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, por assistentes sociais tem sido atravessada tanto pela compreensão equivocada de sua relação com a política de assistência social, quanto pela institucionalização dos programas governamentais e dos projetos sociais que particularizam a atuação de assistentes sociais no campo privado.

FONTE: Quadro 01 de elaboração própria com base na brochura produzida pelo conjunto CEFSS/CRESS no ano de 2012 para subsidiar o trabalho dos assistentes sociais na educação, 2019.

Portanto, é de fundamental importância que os assistentes sociais possuam conhecimento de quem são os usuários da sua política, que no caso da educação superior é especificada através da assistência estudantil, para que seu trabalho de fato reafirme o seu compromisso com uma educação que vá além das fronteiras reducionistas que enxergam a superação dessa sociabilidade que vivenciamos longe das relações entre as classes sociais.

2.3. Limites e estratégias profissionais dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN

A grande preocupação nossa é de tentar compreender os desafios colocados ao cotidiano profissional das assistentes sociais da PROAE, como estão se efetivando as mediações necessárias entre os interesses institucionais e os interesses dos usuários da assistência estudantil da UFRN. Pois, se de um lado algumas assistentes sociais nesse espaço procuram, através da dimensão educativa do seu fazer profissional, “conscientizar a respeito dos limites institucionais dessa política (procurando esclarecer os serviços, programas e projetos da rede de atendimento de dentro e fora da instituição e reforçando o atendimento de qualidade sem preconceitos no respeito à diversidade, à liberdade dos usuários), por outro lado outras profissionais afirmam “efetivar o projeto ético profissional do Serviço Social, garantindo direitos dos usuários”. Essa realidade nos permite compreender que a visão “messiânica” da profissão, mesmo com os avanços existentes nas últimas décadas, ainda é uma das marcas do conservadorismo mais vivas nos espaços sócio ocupacionais.

Levando isso em consideração, é extremamente preocupante o fato de todas as assistentes sociais da PROAE se dizerem afastadas completamente do restante da academia e nunca, em toda a sua história profissional, terem participado de nenhum grupo e/ou movimento social organizado. Esse quadro, que é nacional, compromete brutalmente o projeto emancipatório das classes subalternas que são submetidas à exploração social, econômica e política. Esses usuários não podem jamais ser abordados como se estivessem isolados do conjunto da sociedade. Deixando evidenciado aqui, mais uma vez, a importância da dimensão política profissional em meio ao cotidiano institucional no trato educativo com esses usuários.

Essa visão parece desconsiderar a dimensão política do nosso exercício profissional e evidenciar uma visão “fatalista” no seu fazer profissional, como podemos visualizar no depoimento da AS (2):

“Atualmente, devido a grande demanda de trabalho, tenho participado pouco dos eventos oferecidos pela UFRN, tanto no âmbito do Serviço Social quanto de áreas afins.” AS (2)

O depoimento da AS (1) também confirma a existência da precarização do trabalho existente principalmente pelo aumento do número gradativo do alunado e de suas demandas, motivando a ausência participativa das profissionais em outros espaços importantes para o desenvolvimento do seu fazer profissional⁷:

“Considerando a demanda apresentada para a assistência estudantil, as atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, se dão de forma extenuante, considerando a demanda para a quantidade de profissionais. Há cobrança por parte da gestão, mas que, muitas vezes, não se vê a forma como os profissionais estão trabalhando (chegando até a adoecer).”⁸AS(1)

⁷ “O resultado é que os indivíduos e, em particular, alguns profissionais do Serviço Social perdem progressivamente potencial de enfrentamento dessas condições concretas. Tem se tornado comum a desistência da militância política, seja na organização política da categoria, seja em outras instâncias de participação; além de processos de adoecimentos decorrentes das condições e relações de trabalho, bem como do próprio rumo mais estrutural que toma o capitalismo contemporâneo, devastando o trabalho e a natureza, com intensa banalização da vida, em termos materiais e subjetivos. É um tempo histórico bastante adverso quanto o reconhecimento e à valorização dos indivíduos em suas singularidades, diversidade humana, vontades políticas, profissionais e da efetivação de direitos” (RAMOS, SANTOS, 2016, p. 220).

Diante disso, Ricardo Antunes faz referência às mudanças no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva que dão origem à *qualificação desqualificadora* da classe trabalhadora. Logo,

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também *intensamente* um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros (ANTUNES, 2005, p.59, grifos originais)

Apesar de serem concursadas federais e possuírem uma média salarial entre (05) cinco e (07) sete salários mínimos, com acréscimo de gratificações (realidade que foge da realidade da maioria dos assistentes sociais de outros campos sócio-ocupacionais), o fazer profissional das assistentes sociais da PROAE pode ser considerado precarizado. Seja no não cumprimento das trinta horas semanais garantidos em lei, no número crescente de demandas e no congelamento em anos do número de profissionais, seja nas horas de trabalho que muitas vezes não são suficientes (muito do trabalho é levado para casa), seja na ausência de condições adequadas no ambiente de trabalho que acaba, por exemplo, comprometendo o sigilo profissional (as salas, mesmo reformadas, possuem uma acústica que favorece a propagação de todas as conversas realizadas nas salas ao lado).

Os desafios postos cotidianamente ao fazer profissional das assistentes sociais da PROAE são potencializados, sem dúvida, pela heterogeneidade das demandas trazidas pelos usuários, bem como de limites e entraves institucionais. Apesar disso, é indispensável que sejam criadas estratégias que contornem tais obstáculos, sem dispensar ou menosprezar as habilidades técnicas que podem orientar a utilização do instrumental. É importantíssimo que o debate entre estratégias profissionais e táticas técnico-operacionais esteja fortemente presente na formação dos profissionais do Serviço Social. Levando isso em consideração, o quadro 02 destaca os principais desafios e estratégias do fazer profissional do Serviço Social da UFRN:

QUADRO 02- Limites e Estratégias do Fazer Profissional dos Assistentes Sociais na PROAE em 2017

LIMITES DO FAZER PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PROAE	ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELAS PROFISSIONAIS EM SEU COTIDIANO PROFISSIONAL
Ausência de autonomia profissional;	Lutas internas na tentativa de garantia de maior espaço nas decisões e no reconhecimento do papel dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN;
Aumento das demandas a cada semestre;	Planejamentos em conjunto com toda a equipe, buscando prevê e planejar-se para o aumento gradativo de cada semestre.
Limitação de recursos para atender às demandas dos estudantes;	Lutas internas na tentativa de demonstrar a necessidade de aumento de recursos e elaboração de pesquisas que comprovam essa necessidade.
Não entendimento por parte da gestão das funções privativas do Serviço Social;	Esclarecimento à gestão da PROAE das funções privativas dos assistentes sociais;
Não cumprimento das 30 horas semanais garantidas em lei;	Apesar da insatisfação, não demonstraram possuir uma estratégia frente a essa problemática dentro da instituição. Mas trata-se de uma luta de toda categoria profissional, pois muitas são as instituições que não respeitam a lei das 30 horas semanais.
Número inadequado de profissionais em comparação ao número de usuários;	A luta pelo aumento do número de postos de trabalho faz referência a uma luta de toda a categoria, não apenas funcionando como estratégia profissional. É uma bandeira de luta presente na agenda das entidades representativas dos assistentes sociais.
Burocracia Institucional.	Tentativa de desburocratizar o atendimento na elaboração dos editais e exigindo na entrevista apenas a

	documentação mais indispensável para a obtenção dos auxílios.
--	---

Fonte: Quadro 02 de autoria própria com base em pesquisa de campo em 2017.

Em meio às limitações impostas pelas instituições, o assistente social se vê na necessidade de resgate do precioso conteúdo acumulado ao longo do seu contato com os usuários, como resultado de informações e situações diversas da vida social. Afinal as demandas reprimidas precisam ser retiradas da superficialidade, trazidas à público, problematizadas, denunciadas em benefício das classes subalternizadas, através de um olhar revelador desses profissionais mediante os fundamentos teórico-metodológicos que ajudam na interpretação da realidade social em que a profissão transita e se exerce. (IAMAMOTO, 2015).

Afinal, a inserção do Serviço Social na Política de Educação, como foi discutido no início desse trabalho, se constitui como uma forte e indispensável estratégia dentro das perspectivas de valoração democrática, de liberdade e pluralidade na busca incessante pela construção emancipatória de uma sociabilidade para além das fronteiras do capital.

3. Considerações Finais

O caminho investigativo traçado até aqui nesse trabalho elucidava questões importantes acerca do fazer profissional dos assistentes sociais na assistência estudantil da UFRN. Demonstra, assim, a importância da dimensão investigativa como reveladora da essência dos processos sociais, que, sem desvendar a realidade à luz de um conhecimento teórico, torna-se impossível compreender as necessidades das classes mais subalternizadas e os entraves que impedem a efetivação de direitos e, sobretudo, o significado e as implicações das respostas a essas necessidades que chegam demandas e requisições ao exercício profissional. Nesse sentido, só se pode de fato assumir os compromissos com a classe trabalhadora que estão revelados no código de ética profissional de 1993 e no projeto ético político da profissão na defesa da cidadania e emancipação social, se essa realidade for analisada e questionada criticamente.

As demandas da assistência estudantil na atual sociabilidade acabam por tornarem-se reconfiguradas com a entrada de novos discentes no ensino superior, trazendo novas dificuldades de permanência na universidade. Portanto, se faz necessário a luta em favor da possibilidade do exercício profissional para além dos programas de assistência estudantil. Afinal, como demonstrou esse trabalho, o fazer profissional dos assistentes sociais não se resume de forma alguma às ações relativas a esses programas, mas pode e deve contribuir com os processos de emancipação, autonomia e expansão plena dos direitos desses usuários. Portanto, a defesa intransigente dos direitos humanos, liberdade como valor ético e a busca incessante pela democracia e cidadania nos permite caminhar tendo como norteador um projeto de educação emancipadora.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 maio 2017.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, e legislação correlatada.

_____. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, de Alba Pinho. **Sociedade, Estado e Políticas Públicas na civilização do Capital:** um olhar sobre o presente. Somanlu, ano 10, nº 1, jan/jun. 2010.

CFESS. Código de ética do Assistente Social. In: **Código de Ética do Assistente social.** São Paulo. Cortez, 2006.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Ney Luiz Teixeira de Almeida (Org.). Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, 2011.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MIOTO, Célia Tamado; XAVIER, Arnaldo. **Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana.** 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/PESQUISA/ABEPSS/Downloads/18520-78710-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 Jun. 2019.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEFESS/ABEPSS/CEAD/UNB.1999.

RAMOS, Sâmya; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Projeto Profissional e Organização Política do Serviço Social Brasileiro. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: **Educação contra o capital.** 2 ed. São Paulo. Instituto Lukács, 2012. 2 ed.